

Dívida
ext

Dívida: uma nova ofensiva dos credores.

Aumentam as pressões sobre os países endividados

Os governos dos países desenvolvidos e os bancos comerciais, principais credores dos países endividados, desenvolvem presentemente uma forte ofensiva, pressionando os devedores a aceitar as condições impostas pelo Fundo Monetário Internacional para o reescalonamento de suas importantes dívidas externas. Na última semana, pelos menos três exemplos tornaram evidente o endurecimento da posição dos credores, públicos ou privados.

O primeiro deles diz respeito às reticências japonesas em relação às pretensões do Brasil, evidenciadas durante a missão do ministro do Planejamento, João Sayad, e dos próprios banqueiros franceses que deverão avistar-se com o ministro brasileiro amanhã em Paris, condicionando qualquer crédito novo a um acordo prévio com o Clube de Paris.

Outro exemplo que caracteriza essa situação foi a ruptura das negociações entre os bancos comerciais e as autoridades filipinas para uma redefinição do esquema de pagamento de sua dívida externa, que alcança US\$ 26 bilhões. Isso ocorreu na véspera do início da visita da presidente Cory Aquino ao Japão, onde ela esperava obter uma substancial ajuda econômica. Até agora, de US\$ 1,6 bilhão de créditos pretendidos, Cory Aquino só garantiu US\$ 250 milhões para a construção de uma central térmica.

Essa ruptura, ocorrida na última sexta-feira, se deve ao próprio contexto político atual do país, isto é, o agravamento da situação em razão dos rumores crescentes de golpe de Estado, provocando uma crise suplementar de confiança junto aos meios econômicos internos e externos. O comitê que representa os 483 bancos comerciais envolvidos com a dívida filipina e que rompeu as negociações, apesar do sinal verde do FMI, não admite conceder as mesmas vantagens — taxas de juros privilegiadas — concedidas recentemente ao México. Eles não escondem que isso poderá abrir o caminho para outros países endividados, citando diretamente Brasil e Argentina, com quem deverão reiniciar negociações muito brevemente.

O governo de Manilha exigia condições semelhantes para o reescalonamento de parte de sua dívida, um total de US\$ 3,6 bilhões. Desse montante, o principal credor, a exemplo do Brasil, é também o City Bank, que adotou uma posição ainda mais dura. Na verdade, os banqueiros hesitam em conceder vantagens semelhantes, também preocupados em concluir uma negociação com um país cuja evolução política e econômica está tornando-se cada dia mais incerta. Isso mostra a importância econômico-política da visita atual da presidente Cory Aquino ao Japão.

Em Paris, onde se encontra, o ministro João Sayad explicou que a posição das Filipinas é muito diferente da do Brasil, pois ao contrário do que ocorre atualmente em Manilha o governo de Brasília tem honrado seus compromissos e não está necessitando de dinheiro novo, mas apenas pretende voltar normalmente ao mercado financeiro internacional, o que não deixa de ser uma reivindicação legítima, pois tem cumprido seus compro-

missos externos, pagando cerca de US\$ 1 bilhão por mês, serviço de sua dívida externa, uma transferência de recursos superior a US\$ 40 bilhões de 1982 até agora.

O terceiro exemplo, talvez o mais característico de todos e que indica o aumento das pressões dos países ricos sobre os devedores para que aceitem as condições do FMI, é o relacionado com a própria queda do governo egípcio, domingo último, quando o presidente Hosny Mubarak aceitou a demissão de seu primeiro-ministro, Ali Loutfi.

O Egito sofreu duplamente com a queda dos preços do petróleo. Primeiro, porque esse é o seu principal produto de exportação. O país sofreu também uma brutal redução de receita originária do Exterior, mais da metade de um total de US\$ 4 bilhões, quantia enviada ao país pelos dois milhões de emigrados egípcios que trabalham em diversos países do Golfo. Ora, esses países promoveram cortes importantes em seus orçamentos em razão da baixa dos preços do petró-

Funaro: um elogio do jornal francês.

No mesmo momento em que se desenvolvem articulações no âmbito internacional, entre credores e devedores, o nome do ministro Dilson Funaro, da Fazenda, tem sido destacado pela imprensa francesa. Ontem, o matutino *Liberation* publicou um perfil do principal renegociador da dívida brasileira. O jornal cita sua declaração de domingo passado, no Rio de Janeiro, segundo a qual o Brasil vai concluir, até o final do ano, um acordo com seus credores, voltando ao mercado financeiro internacional, do qual está afastado há quatro anos.

O jornal comenta a política do ministro que, ao contrário de seu antecessor, Francisco Dornelles, tem resistido às exigências do Fundo Monetário Internacional, de aplicação de um programa de austeridade econômica. O articulista lembra que o Brasil leva a vantagem de não precisar de dinheiro

novo, o que tem facilitado sua disputa de braço-de-ferro com o FMI, mesmo que o superaquecimento da economia, um crescimento da produção industrial da ordem de 14% esteja provocando rupturas no abastecimento, também ocasionadas pelo aumento do consumo em razão do congelamento de preços.

JORNAL DA TARDE
12 NOV 1986

leo. Para agravar a situação, constata-se também uma importante queda das receitas obtidas com o turismo, após o episódio do navio *Achile Lauro*, além do caso da "manancia" dos sete turistas israelenses, no Deserto do Sinai, todos mortos por um soldado egípcio enlouquecido.

Até junho último, o primeiro-ministro demissionário mantinha-se imperturbável, até que o comissário europeu, Claude Cheysson, passou pelo Egito e recomendou ao presidente Mubarak um rápido acordo com o FMI, aceitando suas condições de austeridade, a que o governo egípcio vinha resistindo. O próprio Mubarak esteve em visita a vários países europeus e ouviu um discurso parecido. A partir de agosto, o Egito começou a aceitar algumas condições impostas pelo FMI, tornando o governo de Ali Loutfi ainda mais impopular, mas permitindo que as negociações com o FMI evoluíssem favoravelmente.

No momento em que se anuncia a queda do primeiro-ministro Loutfi e sua substituição por Atef Sedki, um economista partidário do liberalismo econômico, o jornal *Al Akhbar*, do Cairo, anuncia que ainda este mês o Egito vai assinar um acordo com o FMI, o que permitirá a esse país honrar seus compromissos externos, o pagamento dos juros de uma dívida de US\$ 36 bilhões, e reduzir o déficit de seu balanço de pagamentos.

A dificuldade do novo governo será coordenar esse plano de austeridade, sem permitir a eclosão de uma grave crise social, oportunidade que os grupos radicais e integristas estão à espera, como atestam os recentes acontecimentos ocorridos na cidade de Assiout. Esses e outros exemplos indicam que os países desenvolvidos estão dispostos a prosseguir nessa disputa de "braço-de-ferro" com países como o Brasil, que, por sua vez, reafirmam sua disposição de não aceitar as condições do Clube de Paris e do FMI, buscando condições mais flexíveis para cumprir seus compromissos no Exterior, sem continuar sacrificando seu processo de crescimento econômico.

Reali Jr., de Paris.

